



ASPECTOS DA IDENTIDADE DO PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NOS PCN

Alexandre Stein¹

RESUMO: O presente trabalho traz uma análise dos aspectos da identidade do professor de língua estrangeira dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). O foco principal deste estudo é analisar como o professor de língua estrangeira, em especial o de língua inglesa é descrito neste documento observando as representações identitárias deste profissional na visão dos especialistas que elaboraram o documento. Apresentamos ainda de que forma são tratados elementos constituintes da identidade do professor como sua função social e seus conhecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: identidade – língua estrangeira – professor

INTRODUÇÃO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais nasceram do desejo de estabelecer diretrizes que direcionassem o trabalho de professores nas salas de aulas em âmbito nacional. Segundo a “Carta ao Professor” deste documento publicado em 1998, os chamados PCN, foram elaborados com a finalidade de “respeitar as diversidades regionais, culturais e políticas existentes no país” e ao mesmo tempo “construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras” (BRASIL, 1998, p.5).

Os PCN abordam questões relativas à ética, saúde, meio-ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo dentro das seguintes áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Educação Física e Língua Estrangeira. Esse documento visa a guiar o professor na

¹ Possui graduação em Letras Anglo-Portuguesas (2003) e Especialização em Língua Inglesa (2004) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente é aluno do curso de pós-graduação em Estudos da Linguagem (mestrado) pela mesma universidade. Professor colaborador da UEL e professor de inglês da Cultura Inglesa. **Contato:** alexandrestein2003@yahoo.com

elaboração de suas aulas propondo uma abordagem reflexiva de ensino e auxiliando-o na seleção e análise de materiais didáticos e recursos tecnológicos.

Nosso objeto de estudo nesse artigo é a identidade dos professores de Línguas Estrangeiras, especialmente os de Língua Inglesa, preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, documento elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura e utilizado como base para as práticas pedagógicas de escolas em todo o Brasil. O foco deste estudo é analisar o discurso presente neste documento observando as maneiras como o professor de língua estrangeira é descrito, a visão do papel deste profissional diante do que é proposto neste e de que modo a identidade profissional do professor é percebida como agente colaborador no processo de formação do aluno.

Na primeira seção, apresentamos um apanhado geral sobre o que tem sido dito a respeito da identidade profissional e pessoal do professor. Citamos alguns autores que também tiveram interesse pela área e as contribuições feitas por estes.

Na sequência, discorreremos sobre os PCN, passando por várias partes do documento onde elementos formadores da identidade do professor, isto é, seu papel, função social e conhecimentos, são mencionados e a partir do discurso veiculado por este documento faremos uma breve análise de como o profissional de ensino é retratado.

IDENTIDADE DE PROFESSORES DE LÍNGUAS

Definir a identidade profissional de qualquer área de atuação não é tarefa fácil, pois entendemos que tal conceito é de enorme complexidade devido ao seu caráter subjetivo. Ao assumirmos a tarefa de investigar a identidade profissional de professores, e mais especificamente a de professores de língua estrangeira, devemos estar cientes do quão árduo este trabalho pode ser. A seguir, apresentaremos um breve referencial teórico sobre esse tema e tentaremos mostrar como essa questão tem sido tratada na literatura que focaliza os aspectos da identidade do professor.

É sabido que a partir da década de 90 o conceito de identidade profissional passou a ser objeto de estudo de vários pesquisadores. Inúmeros estudos sobre esse assunto foram produzidos desde então, e na maioria deles a definição geral de identidade aparece como: “algo mutável, que se desenvolve durante a vida toda de uma pessoa” (ERIKSON,

1968 apud BEIJAARD et al, 2011) e “multifacetada, instável, não fixa e construída sócio-histórico-culturalmente” (GAMERO, 2011).

Trazendo esse conceito para o universo acadêmico, isto é, falando mais especificamente da identidade do professor, vemos em várias pesquisas que esta é definida como um processo em desenvolvimento de integração entre o lado pessoal e o profissional de se tornar e ser professor (BEIJAARD et al, 2011).

Pesquisando a literatura que trata do processo de formação da identidade do professor encontramos Giddens (2002, apud BOHN, 2005, p.101) que vai um pouco além das considerações feitas por outros autores que estudaram este processo. Enquanto estes afirmavam que o perfil identitário deste profissional se originava no social, no cultural e no discurso, para Guiddens (2002, apud BOHN, 2005, p.101), “a identidade não é resultado de influências externas e que ao formar sua auto-identidade o indivíduo contribui e promove as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações”.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Bohn (2005) afirma haver várias vozes que contribuem para a constituição de traços identitários do professor de línguas são elas: as dos seus professores universitários, a dos autores de textos lidos por eles enquanto alunos do curso de graduação, a da instituição, a da autoridade governamental, a da sociedade, a dos colegas de profissão, a da família e também a dos documentos oficiais, objeto de estudo deste trabalho, que expressam o significado de educação, de ensino, de aprendizagem, das metodologias e dos conteúdos a serem ministrados em sala de aula por meio de parâmetros e legislações.

Em consonância com Bohn (2005) temos Quevedo-Camargo et al (2011) que afirmam que a identidade profissional do professor é formada por fatores como: a) a visão dele/dela sobre si mesmo; e b) a visão que os outros têm deste profissional, e “outros” aqui referem-se à: elaboradores de provas de concursos públicos para professor, os docentes dos cursos de graduação, os jornalistas, a mídia, o governo, os autores de livros didáticos e outros especialistas.

Cientes da complexidade do processo de formação da identidade profissional do professor, focalizamos nossa pesquisa em um dos diversos instrumentos de veiculação da imagem da identidade do professor, ou nas palavras de Bohn (2005) uma das vozes que a constitui: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Como já mencionamos a cima, este documento de abrangência nacional, elaborado pelo Ministério da Educação e

Cultura (MEC) brasileiro, visa a dar diretrizes que uniformizem os processos educativos de diversas matérias escolares de todo território nacional. Neste estudo trataremos apenas da disciplina de Línguas Estrangeiras. Nosso foco é identificar, através do discurso presente neste documento, quais são a identidade, a imagem, os conhecimentos e o papel do professor de línguas estrangeiras postulado por este.

Procuramos, por meio desta análise, saber de que maneira as os PCN estruturam a ideia de ensino, pois estes aspectos nos ajudarão a entender a visão que os PCN têm de ensino/aprendizagem e função do professor.

Observando um dos estudos de Shulman (1987) intitulado: "Knowledge and Teaching: Foundations of a New Reform", ele menciona que para aqueles que fazem as políticas educacionais e para os professores formadores o ensino requer competências básicas como: conhecimento do conteúdo e habilidades pedagógicas. A partir disto, tomamos a liberdade de indagar quais foram os princípios que o MEC utilizou na formulação dos PCN. Considerado de suma importância que um documento com este privilegie os aspectos identitários do professor, como o conhecimento que o professor precisa ter para desempenhar bem suas atividades, nos dispomos a investigar o que se diz a respeito do professor no documento em questão.

É neste sentido que esse artigo faz as considerações das próximas seções.

A INCLUSÃO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO CURRÍCULO ESCOLAR: JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

Tomemos como ponto de partida os fatores e as fundamentações teóricas que nortearam a inclusão de línguas estrangeiras no currículo escolar. De acordo com os PCN (1998), fatores relativos à história, às comunidades locais e à tradição foram os responsáveis para esse movimento. No que diz respeito às questões teóricas que embasam essa inclusão estão as perspectivas sociointeracionistas da linguagem e da aprendizagem, que definem o indivíduo como ser social que depende das relações que mantêm com o meio e constrói o conhecimento através destas, utilizando a linguagem como meio de interação e expressão de valores e crenças (Brasil, 1998).

Transferindo isso para o universo que constitui a identidade do professor de línguas, segundo os PCN, este deve ter liberdade suficiente para conduzir e ministra suas

aulas desde que o foco seja a formação de um aluno socialmente integrado, capaz de construir e articular seus pensamentos, expressá-los e compreender o outro através da linguagem.

Diante da condição do direito dos alunos ao acesso a língua estrangeira, na concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o professor é responsável por formar um aluno consciente de seu poder de discurso e capaz de envolver o outro através deste na construção de significado por meio de, pelo menos, uma habilidade comunicativa que poderá ser expandida na sua vida futura ou sempre que houver a necessidade de utilizar esta habilidade.

Dando continuidade as justificativas para a inclusão de línguas estrangeiras no currículo escolar, e mais especificamente o prestígio da habilidade de leitura, encontramos nos PCN uma reflexão sobre a importância do uso de uma língua estrangeira pela população. É sabido que apenas uma pequena parcela de brasileiros faz uso de uma língua estrangeira para se comunicar no seu cotidiano. Portanto, o uso de uma língua estrangeira no Brasil parece estar mais ligado à necessidade de leitura técnica ou lazer. Se pensarmos nos exames de admissão das universidades tanto em caráter de graduação como de pós-graduação fica evidente a justificativa de se prestigiar a forma escrita da língua em detrimento a oralidade na condução da disciplina.

Por sua vez, a leitura que podemos fazer dessas colocações é que o professor deve ser responsável por instrumentalizar o conhecimento de uma língua estrangeira fornecido ao aluno para fins que possam ajudar no “letramento” do mesmo. Desta forma, o professor deve formar alunos linguisticamente competentes para executar uma atividade que colabore para o seu desempenho escolar e social. O documento supracitado ainda justifica a escolha pelo ensino da habilidade de leitura pautado em aspectos como: as condições precárias das escolas públicas brasileiras: mencionando problemas de infraestrutura e elevado número de alunos por sala. Mas o que chama mais atenção é o fato de que essa escolha tenha sido feita a partir da suposição de que os professores de línguas estrangeiras da rede pública de ensino apresentam “pouco domínio das habilidades orais”. Embora o documento afirme não ser proibido o desenvolvimento de outras habilidades, essa colocação deixa evidente a visão que aqueles que elaboram um documento de abrangência nacional têm dos profissionais de língua estrangeira que formam alunos do ensino fundamental II (5ª a 8ª séries) o que contribui para a constituição identitária do professor de língua estrangeira no Brasil.

Dando sequência à análise do documento, no primeiro parágrafo da página 22, observamos um discurso no mínimo questionável. Os autores dos PCN apontam que apesar do ensino de língua estrangeira no Brasil estar focalizado no desenvolvimento da habilidade de leitura, é possível que o professor exponha seus alunos a atividades lúdicas como “letras de músicas, trava-línguas, poemas e pequenos diálogos” na língua alvo. Porém, segundo o texto deste documento oficial, estas atividades têm somente o propósito de aumentar a consciência linguística dos alunos e não de engajá-los no discurso oral. Nosso questionamento é: por que não pensar que o desenvolvimento da habilidade oral em uma língua estrangeira também é uma forma de colaborar com o letramento e inclusão social do aluno?

FATORES DE RELEVÂNCIA NA ESCOLHA DA LÍNGUA ESTRANGEIRA

Como vimos anteriormente os fatores para a escolha da língua estrangeira (LE) que é incluída no currículo escolar estão ligados à história, à comunidade local e à tradição. No que diz respeito aos fatores históricos uma língua é escolhida devido ao seu prestígio social, cultural, educacional, científico e laboral. O papel hegemônico de uma língua numa dada época é determinante para que se estabeleça como objeto de estudo no contexto escolar.

No que diz respeito à tradição, para que se determine que uma língua seja ensinada na escola, avaliam-se as relações culturais entre um país e o da língua alvo. Como é o caso do Francês, que desempenhou e desempenha importante papel do ponto de vista de trocas culturais entre o Brasil e aquele país. Sabemos que hoje é a língua inglesa que possui esse prestígio frente às relações internacionais e ao intercâmbio de informações atingindo o status de língua franca.

O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À SITUAÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL

Com base nas justificativas apontadas na seção anterior nosso questionamento é: Por que o ensino de Língua Estrangeira nas escolas regulares brasileiras não é tratado

com a devida importância? Tentaremos responder a essa pergunta nos baseando no que os Parâmetros Curriculares Nacionais colocam como sendo, ao nosso ver, um tanto contraditório.

Segundo os PCN a maioria das propostas de ensino de LE no Brasil diz privilegiar uma “abordagem comunicativa” da língua. No entanto, o que se observa é que os exercícios e a própria concepção de avaliação contemplam apenas os aspectos gramaticais e formativos da língua. O documento ainda cita que as justificativas para o não cumprimento do que se propõem a ensinar são: “falta de materiais adequados, classes excessivamente numerosas, número reduzido de aulas por semana, tempo insuficiente dedicado à matéria no currículo e ausência de ações formativas contínuas junto ao corpo docente” (BRASIL, 1998, p. 24).

Este quadro sem dúvida requer atenção para o papel do professor ou sua identidade dentro do processo de ensino/aprendizagem no contexto atual. O próprio documento já apresenta as inúmeras razões pelas quais o professor de língua estrangeira tem o seu desempenho, e conseqüentemente o de seus alunos, comprometido. Aos profissionais desta área cabe fazer com que os efeitos devastadores desta situação sejam minimizados, através de uma tomada de atitude diante dos obstáculos e uma possível reversão do quadro acima descrito.

É curioso observar que o próprio documento, apesar de provir do Ministério da Educação e Cultura brasileiro, tece críticas ao sistema nacional de ensino que não privilegia o espaço que o ensino de língua estrangeira deveria ocupar na grade curricular das escolas. Os problemas relatados são inúmeros como carga horária reduzida e alocação das aulas de LE em horários menos privilegiados. Cabe a nós questionarmos por que, cientes dessa situação, não se faz nada para corrigir o que eles mesmos chamam de “limitações inaceitáveis”.

Diante disso alguns questionamentos se fazem necessários, como por exemplo: o quanto, que está ao alcance do professor, pode ser feito para se oferecer um ensino de qualidade dentro desta realidade? Como outorgar poder de discurso aos alunos com uma estrutura tão debilitada? Como viabilizar a formação de cidadãos com uma consciência crítica em relação à aprendizagem de uma língua estrangeira na atual circunstância?

DESAFIOS DE APRENDIZAGEM E UTILIZAÇÃO DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA

Os PCN afirmam que a utilização de uma língua estrangeira requer do usuário a habilidade de compreensão teórica do que é linguagem, isto é, ele/ela precisa saber usar a língua e compreender como usá-la para construir significados no mundo. Desta forma, é necessário que se tenha conhecimento da natureza sociointeracional da linguagem, ou seja, o indivíduo deve estar ciente de que para interagir no mundo social ele deve considerar a quem se dirige e/ou quem se dirigiu a ele, construindo assim significado social por meio da interação com o outro.

Sendo assim, embora os parâmetros não destaquem, fica evidente que o professor de língua estrangeira precisa, dentro desse contexto, muito mais do que apenas conhecimento pedagógico para cumprir o desafio proposto a cima.

O que chama a atenção, até esse ponto da leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em especial no final da página 33, é que apesar da colocação dos diversos conhecimentos que o aluno deve obter ou desenvolver para que se compreenda uma língua estrangeira, pouca menção é feita ao trabalho que o professor realiza para que esse conhecimento seja acessado pelo aluno. Dá-nos a impressão que esse conhecimento será concedido ao aluno de forma sobrenatural.

Até então, quando os autores se referem aos conhecimentos: sistêmico, de mundo e de organização textual que alunos da 5ª série do ensino fundamental devem dominar para poderem construir significados, eles pressupõem que estes alunos já os tenham em sua língua materna, como se estes conhecimentos fossem inatos.

Das 110 páginas do documento, somente no final da página 34 é que começa a ficar mais evidente o papel do professor de língua estrangeira. A partir deste ponto parece haver um consenso de que é função do professor de língua estrangeira ativar esses conhecimentos dos alunos para que então o processo de aprendizagem ocorra aumentando a consciência linguística dos mesmos.

A CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

De acordo com os PCN, aprender uma língua estrangeira contribui para:

[...] o processo educacional como um todo, indo muito além da aquisição de um conjunto de habilidades linguísticas. Leva a uma nova percepção da natureza da linguagem, aumenta a compreensão de como a linguagem funciona e desenvolve maior consciência do funcionamento da própria língua materna. (BRASIL, 1998, p.37).

Além das contribuições colocadas acima, os autores dos Parâmetros ainda remetem a aprendizagem de uma língua ao desenvolvimento integral de um indivíduo, já que esta deve proporcionar uma “nova experiência de vida..., uma abertura para o mundo” (BRASIL, 1998, p.38), e a compreensão de outras culturas.

Do ponto de vista social, essa aprendizagem está atrelada a exclusão ou inclusão de pessoas na sociedade informada. Saber se comunicar em uma língua estrangeira pode representar hoje um instrumento de acesso à interação social com o mundo, ou ainda, um instrumento controlador de informação.

Olhando por estas perspectivas, parece-nos que o documento pretende enaltecer o papel da língua estrangeira dentro do contexto educacional, o que é justo, porém não fica evidente que é o trabalho do professor o responsável por tornar esse conhecimento acessível e praticável.

A CONSCIÊNCIA DO PROFESSOR SOBRE A COMPLEXIDADE DA APRENDIZAGEM DE UMA LÍNGUA ESTRANGEIRA

O professor de língua estrangeira do ensino regular no Brasil deve estar preparado para os desafios que enfrentará ao confrontar os alunos do 6º ano do ensino fundamental com uma língua estrangeira, pois como bem lembram os PCN, além de todas as mudanças que ocorrem do ciclo anterior para este (horário organizado por disciplinas ministradas por diversos professores, condutas e abordagens diferenciadas), para muitos destes alunos este será o primeiro contato que terão com essa disciplina.

Segundo os PCN, talvez o maior desafio do professor de língua estrangeira seja desenvolver um trabalho escolar que vise a incorporar os conhecimentos dos alunos a nova disciplina e ampliar as oportunidades de acesso a outros conhecimentos, culturas e realidades. Os autores do documento ainda afirmam que este desafio não pode servir de pretexto para um ensino pautado em textos descontextualizados visando à exploração de

aspectos vocabulares ou gramaticais da língua alvo, muitas vezes resumido em exercícios de tradução, cópia e repetição mecânica.

Diante disso, o papel do professor é mostrar a esses alunos e fazê-los entender a função social da língua como meio de interação. A habilidade do professor de mediar o aprendizado da língua e o respeito às diversidades de atitudes, opiniões e conhecimentos de cada um é essencial para o sucesso das atividades.

Nas páginas do documento que abordam esse aspecto do aprendizado de língua estrangeira no contexto escolar, fica evidenciada a importância do papel do professor em estabelecer relações e construir pontes entre os conhecimentos de mundo e linguístico prévios dos alunos e este novo universo que é a língua estrangeira, ajudando-os a se constituírem como seres discursivos desta.

Neste momento, é clara a responsabilidade imposta ao professor de desenvolver atividades que levem os alunos a uma reflexão sobre as descobertas linguísticas, estruturais, fonético-fonológicas, textuais, comunicativas e culturais que estão fazendo sobre a língua e um conduzir destes a uma autonomia de aprendizagem, sem a qual se torna quase impossível avançar.

O PAPEL DO PROFESSOR NA EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Com relação às concepções teóricas de ensino/aprendizagem nas quais os PCN se pautaram, vemos que estes sofreram influências de três visões: a behaviorista, a cognitiva e a sociointeracional, com forte ênfase na última considerada pela maioria como mais adequada para explicar como as pessoas aprendem.

Se compararmos diacronicamente as visões teórico-metodológicas de ensino/aprendizagem veremos que na perspectiva behaviorista o foco era no processo de ensino e no professor, toda responsabilidade pelo aprendizado recaía sobre o profissional de ensino e suas práticas. Exigia-se dos alunos resultados perfeitos. Já na visão cognitivista, o aluno passa a ser o centro do processo e entende-se que este estará em constante construção de seu conhecimento linguístico sobre a língua estrangeira estudada. Os erros são vistos como parte desta construção e as formas individuais de aprendizagem são respeitadas.

Considerando as concepções sociointeracionais de ensino/aprendizagem de línguas os PCN afirmam que para que haja aprendizagem o professor deve promover um ambiente onde a interação social seja privilegiada permitindo aos alunos uma troca entre eles mesmos e com o professor. Neste caso, a relação de assimetria entre professores e alunos, ou seja, o fato dos participantes estarem posicionados de maneira desigual no mundo social deve ser minimizado pela ação do professor que ao invés de esperar uma resposta pronta do aluno o ajuda a construir o conhecimento que o levou a sua resposta. O professor deve aprender a compartilhar seu poder, e na medida do possível, aceitar as interpretações de seus alunos e dar voz a eles para que possam se construir como sujeito do discurso.

Outro aspecto relevante sobre os processos interacionais de sala de aula apontados pelos PCN é a maneira como o professor pode se posicionar em relação à voz de seus alunos. Isto é, é importante prestar atenção se, nós professores, não estamos impondo nossos pontos de vista, nossas perspectivas e interpretações na interação com estes. Pensando a esse respeito, refletamos o quanto aceitamos ou silenciemos a voz dos aprendizes nesta interação que deveria ser uma “troca” e não uma coação. Em se tratando do ensino de língua estrangeira, é ainda mais agravante quando desprezamos a opinião, desde que relevante, de nossos alunos, comprometendo assim a promoção de oportunidades de interação pela qual deveríamos primar.

O PROFESSOR E OS MÉTODOS DE ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

A procura do método ideal tem sido assunto recorrente nos estudos sobre ensino de línguas estrangeiras. Vemos que a tarefa de ensinar uma língua estrangeira é sempre delineada por visões teórico-metodológicas, ou seja, os métodos. Como vimos na seção anterior, vários métodos de ensino de línguas já foram utilizados desde o início desta árdua atividade.

Nosso questionamento aqui é: e como fica o professor nesse processo? Como ajustar-se as diversas modificações sofridas no ensino de língua estrangeira através dos tempos? Será que a formação que o professor teve ajuda ou interfere na adaptação do mesmo a tais mudanças?

Acreditamos que o profissional de ensino de línguas deve ser a prova de métodos, ou seja, ele deve adotar sua própria pedagogia, incorporando o que há de melhor em cada método/abordagem e adequar esse conhecimento a sua realidade de sala de aula.

A FUNÇÃO DO PROFESSOR NA QUESTÃO EMOCIONAL NO APRENDIZADO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Um dos aspectos abordados pelos PCN é a questão afetiva em relação ao aprendizado de uma língua estrangeira. Muita responsabilidade é colocada ao professor de LE, já que este tem entre outras funções propiciar a experiência de levar o aluno a se constituir como ser discursivo naquela língua. A disciplina de LE tem características que a distingue das demais por ser afetivamente influenciada. Os PCN pontuam essas características de maneira muito acertada quando dizem das dificuldades que essa disciplina pode oferecer. São elas: “as diferenças entre a língua materna e a língua estrangeira, o dilema entre privilegiar-se o saber sobre a língua ou saber usá-la e a escolha entre uma aprendizagem racional ou uma aprendizagem intuitiva” (BRASIL, 1998, p. 81).

Dos três itens apontados como possíveis causadores de dificuldades de aprendizagem em LE, destacamos o segundo como sendo aquele que, como referido no documento, depende mais da orientação que o professor dá a seu trabalho docente. Vemos que se coloca sobre o professor a responsabilidade sobre os sucessos ou fracassos dos alunos, já que, tudo depende de como o professor vê a influência da questão afetiva no aprendizado da língua estrangeira ensinada.

Fica a cargo do professor refletir sobre o rendimento das aulas e por sua vez levar em consideração os aspectos de ordem afetiva que podem influenciar negativamente nos resultados alcançados pelos alunos. O que mais uma vez demonstra a complexidade de se ensinar uma língua estrangeira.

O TRABALHO DO PROFESSOR INTEGRADO AS DIMENSÕES INTERACIONAL, LINGUÍSTICA E COGNITIVA DA APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Uma parte preciosa do trabalho do professor de língua estrangeira é mostrar que o que se aprende e sala pode ser aplicado no mundo real. Para os PCN essa tarefa fica bem evidente na seção que se refere as “Orientações Didáticas”.

A partir disso o documento diz ser necessário atrelar a tarefa de casa dos alunos as atividades que realmente os conecte com o mundo lá fora e os faça ver um significado real. Isso se aplica não só a tarefa de casa, mas também as atividades de sala de aula. Nas instruções apresentadas existe uma preocupação em amarrar os elementos trabalhados em sala com algo que realmente faça sentido para o aluno. Essas atividades agiriam assim como experiências construtoras de conhecimento.

As tarefas devem desenvolver ações colaborativas que propiciem ao aluno a oportunidade de exercerem sua função interacional como os colegas e com o professor. Mais uma vez, os PCN colocam na mão do professor de língua estrangeira a responsabilidade de refletir sobre o que é possível fazer com os recursos de que ele/ela dispõem para que se promova um aprendizado efetivo e concreto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a leitura deste documento notamos que seus autores tentam não impor as considerações feitas por eles afirmando que isso tornaria inviável qualquer prática reflexiva, o que sugere uma concessão de autonomia ao professor nas escolhas e utilização de materiais. Do ponto de vista didático isso é visto de maneira benéfica para o processo de ensino/aprendizagem. Considerando a diversidade de contextos de ensino num país como o Brasil, é importante que se conceda certa autonomia ao professor(a) já que ele/ela é o único capaz de avaliar estes contextos de ensino e fazer as intervenções necessárias para que a aprendizagem ocorra.

Porém apesar da aparente autonomia concedida aos professores de língua estrangeira pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, este documento também impõe alguns deveres a este profissional. Observando os instrumentos que garantem aos alunos o direito ao acesso à língua estrangeira, os autores dos PCN afirmam ser responsabilidade do professor formar um aluno consciente de seu poder de discurso e capaz de envolver o outro através deste na construção de significado por meio de, pelo menos, uma habilidade comunicativa que poderá ser expandida na sua vida futura ou sempre que houver a necessidade de utilizar esta habilidade, ou seja, em suma o

professor é visto como responsável por formar alunos linguisticamente competentes para executar uma atividade que colabore para o seu desempenho escolar e social.

Em alguns aspectos o documento até nos parece bastante coerente, como por exemplo, ao justificar a inclusão de uma língua estrangeira no currículo escolar, afirma que isto tem como objetivo facilitar o acesso à informação principalmente nos campos das ciências, tecnologias, negócios e atividades culturais. Parece-nos um motivo bastante razoável para a inserção de uma disciplina como essa já que um dos papéis da escola é formar cidadãos aptos a interagirem com o mundo e dialogar com ele.

Apesar das justificativas apresentadas parecerem bastante convincentes o ensino de LE no Brasil sofre com situações de quase descaso pelas autoridades educacionais do país. O próprio documento apresenta as inúmeras razões pelas quais o professor de língua estrangeira tem o seu desempenho, e conseqüentemente o de seus alunos, comprometido. Aos profissionais desta área cabe fazer com que os efeitos devastadores desta situação sejam minimizados, através de uma tomada de atitude diante dos obstáculos e uma possível reversão do quadro descrito. De que maneira o professor de língua estrangeira pode fazer um trabalho diferenciado com seus alunos diante de tantos empecilhos? Subentende-se que o papel do professor não é só o de executar uma tarefa, mas “carregar nas costas” os sucessos e os insucessos do pesado fardo que lhe é imposto pelas condições adversas de seu trabalho.

Parece-nos que os PCN têm uma visão bastante ampla de ensino/aprendizagem de língua estrangeira e apesar de fazer considerações importantes para o direcionamento do trabalho do professor em sala de aula, em alguns momentos soa um tanto descabido e ingênuo ao presumir alguns aspectos como, por exemplo, dizer que em quatro anos do ensino fundamental, com duas aulas semanais de língua estrangeira com duração de aproximadamente 45, 50 minutos em salas com 40, 45 alunos, possa se obter os resultados estimados neste documento.

Com relação a identidade profissional do professor de língua estrangeira, apesar do documento citar situações em que pressupõem um professor despreparado e com limitações linguísticas, acreditamos que os PCN veem os professores como pivôs de uma aprendizagem holística que propicia não somente o aprendizado da língua em questão mas que também uma formação mais completa, envolvendo diferentes e importantes aspectos que constituem os alunos como cidadãos preparando-os para um mundo conectado e dependente das relações estabelecidas pelos mesmos.

REFERÊNCIAS

BEIJAARD, D.; MEIJER, P. C.; VERLOOP, N. Reconsidering research on teachers' professional identity. **Teaching and Teacher Education**, New York, v. 20, p. 107–128, 2004.

BOHN, H. I. A formação do professor de línguas – a construção de uma identidade profissional. In: **Investigações: Linguística Aplicada e Teoria Literária**. Recife, UFPE, v. 17, nº 2, 2005, p.97-113.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. *Personal practical knowledge and the moods of knowing*. In: EISNER, E. **Learning and teaching the ways of knowing**: Chicago: University of Chicago Press, (National Society for the Study of Education) 1985.

GAMERO, R. Identidade profissional do professor de inglês: um levantamento de dissertações e teses de 1985 a 2009. In: REIS, S.; VAN VEEN, K.; GIMENEZ, T. (Org.). **Identities de professores de línguas**. Londrina: Eduel, 2011, p. 83-103.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

QUEVEDO-CARMARGO, G. EL KADRI, M. S; RAMOS, S. M. *Identidade do professor de língua inglesa: um levantamento eletrônico das pesquisas no Brasil*. In: REIS, S.; VAN VEEN, K.; GIMENEZ, T. (Org.). **Identities de professores de línguas**. Londrina: Eduel, 2011, pp. 47-82

SHULMAN, L. S. Knowledge and teaching: foundations of new reform. **Harvard Educational Review**, Cambridge, MA, v. 57, n.1, p. 1-22, 1987.